ISSN: 2358-8829

PVNC: AÇÃO TRANSFORMADORA DO MOVIMENTO SOCIAL EM PROL DA IGUALDADE AO ACESSO A UNIVERSIDADE E DA CONCRETUDE DA AFROCIDADANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães[1]

Luciene Gustavo Silva[2]

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 imprimiu no contexto sociocultural brasileiro uma importante inflexão ao debate sobre as formas de combate às desigualdades raciais e ao próprio questionamento do mito da democracia racial. A busca por soluções para essas questões mobilizou os movimentos sociais e entidades civis, com a finalidade de implementar políticas públicas e sociais que viessem tornar realidade a igualdade de condições. Este debate foi inspirado, sobretudo, pelo princípio de que a negação de oportunidades para os indivíduos que historicamente sofreram com a desigualdade social e racial deveria enfaticamente ser combatida.

A emergência de novas formas de identificação individual e, especificamente, as formações coletivas que se manifestam na modernidade como negros, mulheres, povos indígenas, ecologia e movimentos religiosos atribuem importante inflexão aos movimentos sociais e intelectuais de contestação política e cultural, como também determinam a afirmação da pluralidade de esferas públicas e dos direitos dos grupos historicamente excluídos social e culturalmente.

Em função deste fato, surgiram diferentes movimentos sociais, como, por exemplo, os Movimentos de Consciência Negra, os Movimentos Feministas, o Movimento dos “Sem Terra”, entre outros, que privilegiam tanto o reconhecimento como a valorização mais efetiva das respectivas identidades culturais e de suas particularidades e contribuições específicas à construção social.

Neste trabalho, o foco será na importância das ações do movimento social negro no campo da educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros nas

[1]Doutor em Serviço Social pela PUC-Rio; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela PUC-Rio; Mestre em Sociologia pelo IUPERJ; Professor Adjunto 1, Universidade de Vassouras – Campus Maricá – e-mail: reinaldodsg38@gmail.com

[2] Pós-graduada em Serviço Social - PUC-Rio; Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Anhanguera de Niterói (UNIAN) - e-mail: lucienegustavo.seso2015@gmail.com

universidades brasileiras, com específicas ações afirmativas, tendo em vista que, nesses espaços, se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Neste processo, destacamos a atuação do Movimento Social Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) como um importante movimento que articula as demandas por educação entre a Sociedade Civil e o Estado.

O PVNC é, em caráter geral, um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, de questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do ensino público e de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior nos âmbitos municipal, estadual e federal.[3]

Dessa forma, com este trabalho, pretendemos realçar a importância política, social e cultural que este movimento social possui para a subjetividade do seu público-alvo na realização de sua demanda coletiva, como também realçar a dimensão afirmativa de suas ações na construção da cidadania. Nesse caso, as demandas coletivas são associadas às demandas por identidades que são construídas em uma relação intersubjetiva, presumindo abrir novos espaços de intercâmbio e diálogo, onde o sujeito forma sua vontade discursivamente.

Esta reflexão tem em conta considerar o Pré-Vestibular para Negros e Carentes como um movimento social contemporâneo, dado que, em sua específica atividade, aglutina grupos ambivalentes como raça e gênero e que procura, através de sua conduta, produzir um tipo de ação social transformadora que, como veremos no decorrer do trabalho, requer uma mudança na estrutura da sociedade tanto em sua dimensão econômica como na cultural valorativa.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

As reflexões abordadas no campo da educação como um direito social ~~e~~, assim como um espaço passível da promoção da emancipação social, refletem os avanços conquistados pelos movimentos sociais. As diversas variações que perpassaram o contexto histórico, social, político, econômico e cultural no que tange à população negra

[3] PVNC, 1999.

após a abolição da escravatura em 1888 e com a Proclamação da República em 1889, Os negros eram vistos pela sociedade apenas como um ex-escravizado ou um liberto.

Mediante ao fato da exclusão social o Movimento Negro – "entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, nesse estudo, como sujeito de conhecimento" (GOMES, 2017, p. 28) ansiava que os negros passassem a ser considerados cidadãos e que pudessem vivenciar uma cidadania. Este movimento tinha como principal reivindicação a educação, devido às dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho provenientes do analfabetismo e nas escolas oficiais públicas e privadas.

A atuação do movimento social negro no contexto sociocultural brasileiro se configura como importante ação no processo de pressão social junto ao Estado para democratizar a agenda e ampliar o campo da educação como direito social e como espaço possível de promover a emancipação social. Em busca de romper com o analfabetismo, o movimento negro teve o auxílio do Movimento Frente Negra – que compunha a imprensa negra, juntos articulavam a emancipação da população negra e tinham como proposta integrar os negros na vida social, cultural e política, assim, seria possível romper com a inferioridade intelectual.

Cabe ressaltar que, na Constituição Federal de 1824 a 1891, não se possibilitava o acesso dos negros africanos nas escolas, apenas os nascidos livres no Brasil, porém, ditava-se a educação como um direito de todos os cidadãos que tivessem posses e rendimentos.

Ao longo da história, a escola foi considerada como um espaço pertencente a uma determinada classe social hegemônica, onde os saberes culturais e a linguagem eram repassados para classe dominante, com condições econômicas favorecidas e, consequentemente, seriam os detentores do capital cultural**.** Neste compasso, durante a década de 1990, a discussão sobre o acesso de negros às universidades foi intensificada, em virtude da ampliação do debate em torno da possibilidade efetiva da implementação das políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira.

Esta política é considerada um instrumento específico, capaz de efetivar a inédita presença nas universidades brasileiras de segmentos sociais até então ausentes desse espaço de construção da cidadania. Na virada do século, estas estratégias ganharam destaque e visibilidade em todo o país, tornando-se uma referência nacional nas lutas

pela democratização da educação e pela redução das desigualdades étnicas e raciais, como expressão ampla da luta pela transformação dos privilégios da cidadania e para o fomento da Afrocidadanização.

As ações afirmativas são um conjunto de estratégias políticas destinadas à redução das desigualdades sociais, seja na educação, no mercado de trabalho, na saúde, na assistência social e entre outros setores, buscando favorecer os grupos sociais que são discriminados socialmente. Contudo, faz-se necessário compreender que esta política, implementada pelos governantes, permeia um campo de possíveis ameaças por ser administrada pela sociabilidade burguesa no bojo neoliberal.

O objetivo principal das políticas de ação afirmativa seria oportunizar a igualdade social, o que possibilitaria superar as consequências econômicas, sociais e psicológicas ocasionadas historicamente pela discriminação social e o racismo, e fomentaria a oportunidade de inclusão, para que, a população negra que padece da discriminação social e racial conseguisse se inserir de forma democrática na sociedade capitalista.

Neste momento, teremos como foco a importância da ação afirmativa na educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros e para desconstruir o mito da democracia, tendo em vista que, nesses espaços, se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Vinagre (2009) define que “as políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de grupos socialmente em situação desigual e em desvantagem histórica” (apud CFESS, 2016, p. 15).

Mediante as diversas variações no contexto sócio-histórico da sociedade brasileira, em meio às injustiças sociais e as desigualdades sociais e raciais, foram implementadas políticas públicas e sociais que visam reparar, reconhecer e valorizar as pessoas negras. Com o intuito de dar visibilidade e inserir os jovens negros nos espaços educacionais universitários, foi promulgado o Decreto-Lei nº 12.711/12 – que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências – e estabelece à reserva de vagas por meio das cotas a presença dos indivíduos negros, pardos e indígenas, por meio da autodeclaração.

As cotas foram configuradas por um processo político para reparar as desigualdades sociais que assolam um determinado grupo social que historicamente padece da discriminação racial, conforme os dados estatísticos sociais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, ao demonstrar que “entre a população preta ou parda de 18 a 24 anos que estudava, o percentual cursando

ensino superior aumentou de 2016 (50,5%) para 2018 (55,6%), mas ainda ficou abaixo do percentual de brancos da mesma faixa etária (78,8%)".

Para que haja autodeclaração, as pessoas precisam se reconhecer como negras, pardas ou indígenas. Castells (2008) esclarece que a construção da identidade se faz construída socialmente conforme as relações de poder. O contexto social o qual os indivíduos estejam inseridos possibilitaria a eles articular uma diversidade de referências, onde os relacionamentos norteiam o agir consigo mesmo e com o mundo.

Para explicar a dimensão que abarca o reconhecimento de identidade, o autor propõe a construção da identidade que pode ocorrer de três formas: a identidade legitimadora que tem como objetivo difundir e racionalizar a ideologia instituída pela ideologia dominante em relação aos atores sociais, essa identidade origina a sociedade civil "Na concepção de Gramsci, a sociedade civil é constituída de uma série de "aparatos", [...] que, por um lado prolongam a dinâmica do Estado, por outro estão profundamente arraigados entre as pessoas" (CASTELLS, 2008, p. 24)

A segunda forma da construção seria através da Identidade de Projeto: os atores sociais coletivos que constroem uma nova identidade e que produz sujeitos a partir de um material cultural, e assim reorientam o seu lugar na sociedade e buscam uma forma de transformar a estrutura social; e o terceiro tipo que descreve a Identidade de resistência: onde os atores são alvos do estigma e da desvalorização segundo a lógica dos dominantes, formam comunidades e constroem trincheiras de resistência. Segundo Nascimento (2003, p. 40), esta forma de construção é "talvez o tipo mais importante de construção de sociedade em nossa sociedade".

As ações afirmativas se apresentam como instrumentos específicos para o estabelecimento de maior igualdade substantiva, seja através de cotas ou de qualquer outro instrumento de aplicação, e têm se mostrado um instrumento de combate à discriminação e a consequente ampliação do leque de igualdade de oportunidades que conduz os indivíduos ao caminho da cidadania.

Como podemos constatar na atualidade, a implementação de políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira possibilita a existência e ampliação do acesso à educação para a população negra e, consequentemente, o fomento da Afrocidadanização.

Democratizar o acesso dos indivíduos negros à educação superior seria uma tentativa de garantir os direitos sociais e desta forma, possibilitaria romper com a

alienação e hierarquização da cultura e promover a emancipação da juventude negra, porém, o não reconhecimento de uma identidade de resistência não viabilizaria a Afrocidadanização e, assim, reforçaria a existência do mito da democracia racial e, consequentemente, a subalternidade e a exclusão social da juventude negra.

Para Guimarães (2013) Afrocidadanização representa maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido como o mito da democracia racial brasileira. Ela pretende dar concretude, incorporar empiricamente, as conquistas de todos os direitos significativos e pertinentes aos indivíduos em uma sociedade democrática e justa. Ou seja, é concebida aqui como a realização efetiva da cidadania plena para os indivíduos da população negra, historicamente subalternizados em nossa sociedade.

A concretude da Afrocidadanização representa e abarca diversos referenciais: o reconhecimento da identidade racial como positiva; o reconhecimento do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade e a liberdade; o direito a diferença; o direito a disputar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições, ou seja, a "afrocidadanização" seria a realização de uma verdadeira "democracia racial", uma equidade social na qual todos os indivíduos da população negra sejam contemplados e plenamente estabelecidos na sociedade brasileira.

3. PVNC: AÇÃO COMUNITÁRIA SOCIETÁRIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O Movimento Social Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC) começa sua história no salão Quilombo da Igreja Matriz de São João de Meriti, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, em julho de 1993. A ideia de organização de um Curso Pré-Vestibular para estudantes negros nasceu a partir das reflexões da pastoral do negro, em São Paulo, entre 1989 e 1992. Nesse período e com o resultado concreto dessas reflexões, a PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedeu 200 bolsas de estudos para estudantes participantes de Movimentos Negros Populares. O PVNC teve também como modelo três experiências similares de pré-vestibular: a

Cooperativa Educacional Steve Biko, em Salvador, Bahia; o SINTUFRJ (Sindicato dos Funcionários da UFRJ) e o Mangueira Vestibulares, ambos no Rio.

As discussões e articulações para a organização do primeiro núcleo de Pré-Vestibular para Negros, na Baixada Fluminense, iniciaram-se no final de 1992, tendo como primeiro objetivo a capacitação para o exame vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Este núcleo foi concebido e organizado por David Raimundo dos Santos, Alexandre do Nascimento, Antônio Dourado e Luciano Santana Dias. Eles contataram os professores e conseguiram duas salas de aula no Colégio Fluminense, realizando o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. Com isso, possibilitaram, em cinco de julho de 1993, a fundação do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Igreja Matriz de São João de Meriti, com uma aula inaugural.

O nome Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC) foi escolhido em função da necessidade de ratificação da questão racial no Brasil e, sobretudo, na Baixada Fluminense, onde a qualidade do ensino médio é ínfima e, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991, a população afrodescendente no Brasil é de 44%; porém, na pesquisa do IBGE verificou-se que o perfil dos estudantes universitários englobava apenas 1,7% de negros e negras.

Na versão de sua carta de princípios de 1999, o ano de 1994 é destacado como o ano mais importante para o PVNC em termos de sua estrutura de rede de solidariedade. Nesse ano, o PVNC começou a se constituir como um Movimento Social de Educação Popular que, dessa forma, passou a ser reconhecido em âmbito nacional. Uma das principais ações práticas do PVNC foi o estabelecimento de importante parceria com a PUC-Rio, através da Pastoral do Negro, com os cursos de pré-vestibulares comunitários e populares em rede, especialmente com o Movimento Social Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), concedendo-lhes bolsas de estudos integrais e não reembolsáveis para os alunos aprovados regularmente em seu vestibular, por intermédio do seu Programa de Bolsa de Ação Social.

Esta parceria transformou significativamente a vida dos indivíduos da população negra, demonstrando a importância das ações afirmativas. Desse modo, a revolução silenciosa que as ações afirmativas puseram em marcha na última década do século XX no Brasil possibilitou vislumbrar um processo de transformação das desiguais relações

sociais e raciais brasileiras. De fato, olhando para as atuais[4] condições materiais de existência dos indivíduos beneficiários dessas ações, podemos vislumbrar a possibilidade de termos uma sociedade racialmente mais justa. A partir deste olhar constatamos como a agência e atuação do PVNC foram significativas para garantir a presença da população negra no ensino superior e como esta mesma agência foi importante para que a PUC-Rio iniciasse o seu pioneiro programa de ações afirmativas no Brasil.

Para o primeiro curso foram feitas cerca de 200 inscrições. Dos inscritos, 100 alunos começaram a estudar em duas turmas. Com o tempo, alguns saíram, e outros entraram durante o período de realização do curso (de julho a novembro). A entidade encerrou suas atividades em novembro, com 50 alunos. Desses alunos, 34% foram aprovados (uma aluna para a UFF-Niterói, um aluno para a UFF-Baixada, uma aluna para a UERJ e quatro alunos para a PUC-Rio).

Assim, o movimento criou as condições necessárias para que os estudantes discriminados, por etnia, gênero ou situação socioeconômica, concorressem nos vestibulares das universidades públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior. O movimento é regido por uma Carta de Princípios, que sistematiza as deliberações aprovadas no conjunto do movimento e orienta suas atividades, princípios filosóficos, pedagógicos, perfis de alunos, de professores e coordenadores, além de normatizar o funcionamento dos núcleos. Por núcleos entende-se a denominação utilizada pelo PVNC para identificar os grupos que se reúnem para ministrar os cursos.

Seguem alguns pontos significativos da proposta de atuação do PVNC, contidos em sua Carta de Princípios:

- Um conceito de democracia como forma de relacionamento social que incorpore igualdade de oportunidades, garantia de vida digna (trabalho com salário justo, cuidados com a saúde, educação, previdência, moradia, terra, acesso à produção cultural), participação popular nas deliberações políticas, liberdade de expressão e respeito as diferenças e diversidades étnico-culturais. Vale ressaltar que para o PVNC, a democracia, para ser plena, deve ser também uma democracia étnica;

[4] Ver Guimarães, 2013.

- Um conceito de Ação Afirmativa como ação coletiva de afirmação de identidades e como luta por relações econômicas, políticas, sociais e culturais democráticas. Trata-se de uma concepção de ação afirmativa que vai além da instituição de políticas públicas direcionadas a um determinado grupo social;

• Um conceito de educação como processo de formação de competência técnica e competência política, no sentido da autonomia e da emancipação humana.

• Uma crença de que a Educação, como prática de formação da emancipação humana, tem um papel importante na superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação cultural e, de forma geral, das desigualdades sociais, ou seja, atribuir às questões da diferença cultural e da desigualdade social um papel central na prática pedagógica;

Dessa forma, o PVNC se apresenta como um movimento de educação popular, laico e apartidário, destinado às pessoas de camadas populares e, em geral, negras, com a intenção de capacitá-los para o vestibular. Com o ensino do Pré-Vestibular e outras ações, o PVNC se define em caráter geral como um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, que seja também pluriétnico e multicultural em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

3.1 - PVNC e a Disciplina Cultura e Cidadania

Além de sua atribuição educacional específica, a de criar as necessárias condições para o acesso ao ensino superior dos estudantes economicamente desfavorecidos, ministrando as diversas matérias propedêuticas exigidas no vestibular, o Pré-vestibular para Negros e Carentes oferece uma disciplina que de certa forma lhe concede um caráter diferenciador em relação aos demais pré-vestibulares, a saber, a Disciplina Cultura e Cidadania.

A Disciplina Cultura e Cidadania, desde o primeiro momento em que foi ministrada, tem-se revelado condição basilar para a própria continuidade do PVNC como movimento social. Sua presença na grade curricular determina a condição *sui generis* do movimento. Por conta desse fato, a disciplina se mostra como elemento

definidor da condição de ser de um curso pré-vestibular, ou seja, a presença desta disciplina na grade curricular determina se um curso preparatório para universidade é ou não um tipo de curso voltado para as camadas populares, o que, de certa forma, lhe garante alguns benefícios, como a automática isenção na inscrição para o vestibular das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro para os alunos que lhe são oriundos.

No âmbito da disciplina, a categoria "Cidadania" é entendida em seu sentido amplo e atual, como vimos acima, como englobando, além dos direitos civis e políticos, também o direito à educação e à própria existência. Por sua vez, "Cultura" é entendida em sentido cujo significado expressa o estabelecimento de uma cultura democrática que relaciona interesse e ação coletiva, configurando-se como virtude cívica.

Por este ângulo, podemos entender, segundo a teoria pedagógica de Paulo Freire (1982), a qual nos servirá de arcabouço teórico para que possamos pensar qual a finalidade da inclusão desta disciplina em um curso pré-vestibular, que, em uma relação educacional, a prática da liberdade só encontra adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Nesse sentido, ele entende que o diálogo leva o indivíduo a aprofundar-se na realidade social e econômica por meio de um processo reflexivo. Portanto, a reflexividade torna-se a raiz da objetivação. Em sua específica definição,

> As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura. O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem e opõem-se. O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1982, p11).

Assim, a conscientização, ao se expressar na forma de aprofundamento da tomada de consciência, determina, por seus objetivos, que o indivíduo, ao aprofundar-se na realidade, conhecendo-a criticamente, assuma uma consciência crítica da mesma, empenhando-se em tornar mais humana esta realidade na qual e com a qual ele vive através de seus atos e experiências.

ISSN: 2358-8829

A conscientização como instrumento de conhecimento e reconhecimento de uma determinada realidade torna-se, portanto, o dado basilar que encaminha o indivíduo à transformação de sua realidade e o enseja a libertar-se da opressão. Portanto, o objetivo da disciplina é realizar um amplo debate socio-histórico, no sentido de potencializar a ações político-culturais dos educandos e dos educadores do PVNC, ou seja, viabilizar a produção de subjetividades na luta por democracia e justiça social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações dos movimentos sociais ao longo do tempo, especialmente do movimento negro e dos movimentos populares, em especial, o PVNC, podemos perceber que as políticas de ações afirmativas trouxeram em seu bojo um meio de possibilitar a igualdade de oportunidades, o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira, a afirmação da identidade, oportunizando a inclusão da população negra nos diversos espaços sociais, tendo em vista que esta população representa a maioria da população brasileira e, principalmente, o reconhecimento de um passado cruel e opressor deve ser revertido se a sociedade brasileira quiser alcançar, de fato, a democracia racial.

Neste particular, podemos apontar que a passagem pela universidade, além de ampliar o capital cultural, oferecendo melhores oportunidades de ingresso na esfera do trabalho, amplia também o capital social, abrindo avenidas de oportunidades que normalmente estariam fechadas para os indivíduos da população negra. Tais oportunidades, que são de naturezas distintas, além de permitirem a ampliação do capital econômico, ajudam a garantir direitos sociais, contribuindo fortemente para a conquista da cidadania. Por este aspecto, pode-se dizer que as ações dos movimentos sociais, especialmente as do movimento negro, têm ampliado os direitos de cidadania dos indivíduos da população negra, ou seja, vêm atuando como uma poderosa ferramenta no processo de Afrocidadanização.

ISSN: 2358-8829

6- REFERÊNCIAS

BALIEIRO, F. de F.. **Aspectos Antropológicos e Sociológicos da Educação.** UniSEB e Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 5 de out. 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 out. 2026.

_____. Decreto-Lei n° 12.711**,** de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas iversidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Publicado em 30.08.12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 05 out. 2026.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**/ Manuel Castells; tradução Klauss Brandini Gerhard. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). EDITORA PAZ E TERRA S/A., 2008.

CIZOTO, S. A.; DIÉGUEZ, C. R. M. A.; PINTO, R. de O. **Homem, cultura e sociedade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2016. p. 185-236.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito.** Caderno 3 /// racismo. Ed. Serra Dourada, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, R. da S. **Afrocidadanização:** ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro**:** Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil** / Elisa Larkin Nascimento. – São Paulo: Summus, 2003, p. 40.

PVNC. Cartas de princípios, 1999.

SILVA, L. G.. CAPOEIRA: instrumento Alternativo para fomentar a Afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social. – **Monografia** (Graduação em Serviço Social) Centro Universitário Anhanguera – Niterói. - Novas Edições Acadêmicas, 2019.